

O Ideb “transformação” e as escolas premiadas na rede pública de ensino de Divinópolis (Minas Gerais)

*‘Transformation IDEB’ and award – winning schools in the public
education network of Divinópolis in Brazilian State of Minas Gerais*

José Márcio Silva Barbosa ¹
Karla Teresa Ribeiro ²
Eduardo Junior Dutra³
Tiago Alves dos Santos⁴

Resumo: Este artigo, recorte de pesquisa científica, de natureza bibliográfica, concerne a três escolas da rede pública de ensino que foram premiadas pelo crescimento progressivo nos resultados alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Este estudo buscou compreender os possíveis fatores associados ao bom desempenho das escolas de um município mineiro. Na abordagem quali/quantitativa, a análise bibliográfica ressalta a necessidade de compreendermos a valorização da avaliação e seu aprimoramento no âmbito acadêmico. Quantitativamente, analisa os dados capturados por sites eletrônicos das próprias escolas e instituições governamentais. É possível perceber que o índice de cada escola teve crescimento vertiginoso no período recortado na pesquisa. Há certa constância de que os resultados alcançados se deram por dois critérios: nível de ensino e desempenho. Em permanentes discussões que envolvem as abordagens descritas, a pesquisa carece de reunir evidências sobre como tais resultados acontecem no interior das escolas, visando a demonstrar as efetivas práticas de ensino aprendizagem centradas nos estudantes e no fazer docente para além dos índices numéricos/estatísticos.

1. Doutor em Educação pela UFMG, Mestre e Especialista em Educação pela UFV. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) na Unidade de Divinópolis. Graduado em Ciências Econômicas (UFV) e Pedagogia (UNINTER).

2. Graduanda em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) na Unidade de Divinópolis – Minas Gerais.

3. Graduando em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) na Unidade de Divinópolis – Minas Gerais.

4. Graduando em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) na Unidade de Divinópolis – Minas Gerais

Palavras-chave: Avaliação institucional. Ideb. Políticas de resultados.

Abstract: Based on literature review, this article focuses on three public schools that were awarded for their progressive improvement in the results achieved in the Basic Education Development Index (IDEB, Brazilian acronym). This study sought to understand the possible factors associated with the good performance of those schools in a municipality from the Brazilian state of Minas Gerais. Based on a qualitative/quantitative approach, the literature review emphasizes the need to understand the importance of evaluation and its academic improvement. Quantitatively, it analyzes the data collected from schools' and government institutions' websites. It is possible to notice that each school's quality rates had a quick increase during the focus period. An observed certain consistency showed that the results were achieved due to two criteria: teaching level and students' performance. In permanent discussions involving the approaches described, it was concluded that the research should gather evidence on how such results are obtained within schools to show the effective teaching-learning practices centered on students and on teaching beyond numerical/statistical rates.

Keywords: IDEB. Institutional evaluation. Results policies.

Introdução

Este artigo foi escrito tendo como base uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito da rede pública de ensino no município de Divinópolis (MG). Sabe-se que este município vem obtendo notas melhores no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em função de uma coincidência de boas práticas de gestão e da uma confluência específica de eventos locais, cujos efeitos precisam ser investigados, sendo que um dos aspectos importantes está relacionado à avaliação educacional no que concerne à política e às práticas de avaliação no contexto escolar. O foco da pesquisa recaiu em três escolas da rede pública de ensino por serem premiadas pelo crescimento progressivo nos resultados alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A princípio, os índices fornecem informações que nos levam a acreditar que há características relacionadas à promoção da qualidade de ensino. Mas, para muito além disso, este texto tem como objetivo tentar identificar e esclarecer uma série de questões conceituais e práticas perceptíveis num primeiro momento, que justifiquem as premiações das referidas escolas.

Ao voltarmos nosso olhar para as realidades presentes neste texto, podemos inferir que, provavelmente, o que necessariamente está expresso em índices numéricos poderá ser complementado por debates e pela análise das perspectivas implicadas na gestão das escolas premiadas. É possível dizer que este tipo de reflexão está em fase inicial, porém é bastante plausível encontrar atualmente referências e influências expressas, argumentos e justificativas, passíveis de algum grau de articulação ou crítica que, sobretudo, vêm influenciando profundamente as práticas de avaliação no contex-

to escolar. Ao conjugar dados numéricos/estatísticos do Ideb com ideias e conceitos, a abordagem quali/quantitativa contribui para o aprofundamento do objeto em questão do presente estudo, visto se complementarem e se apoiarem na produção desse texto.

Para entender melhor o campo do conhecimento e delimitar o campo de pesquisa, buscou-se um levantamento bibliográfico por intermédio dos descritores avaliação institucional da escola/trabalho docente, indicadores educacionais, resultados dos testes/índices e resultados na gestão da educação/escola, buscando identificar nos títulos, nos resumos e nas indicações de palavras-chave os termos pertinentes para o estudo. Nesse processo, foram analisados diversos textos, livros, dispositivos legais com esse direcionamento, optando por um filtro de trabalho que nos familiarizasse com os temas propostos.

O esforço por desenvolver uma sistematização desses estudos é que eles precisam ser interpretados, e as informações dos resultados do índice na rede pública de ensino possibilitam interpretações mais abrangentes sobre o material específico para análise, no sentido de selecionar o assunto, as inclinações e as tendências que o trabalho científico propõe a elaborar (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Para coleta e análise dos dados quantitativos referentes aos resultados do Ideb das escolas para obtenção de informações mais detalhadas, a fonte foi o *site* do INEP/MEC, da Prefeitura e Secretarias Municipais de Educação e das próprias escolas premiadas pelo Governo do Estado de Minas.

O Ideb: uma abordagem analítica

No Brasil, é recente a proliferação de políticas públicas voltadas à avaliação em larga escala como um processo que ocorre em articulação com espaços de gestão escolar, sendo relevantes os estudos sobre seu impacto, tanto no desempenho das escolas como em práticas escolares em diferentes locais. Faz-se necessário observar o impacto de tais políticas e seus diferentes desenhos, tanto no desempenho quanto nas práticas/estratégias da gestão escolar e nas práticas docentes.

Os instrumentos de avaliação nacional em curso na política educacional brasileira visam, especificamente, à realização de avaliações de diagnóstico – em larga escala, por meio de testes padronizados e questionários socioeconômicos – da qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro.

Para efeito deste texto, avaliação é aqui concebida como um processo de compreensão da realidade estudada, objetivando subsidiar a tomada de decisões quanto ao direcionamento das intervenções. Recuperar o lugar da avaliação é reconhecer que ela se constitui, portanto, “prática pedagógica inerente a qualquer processo educativo” (FISCHER, 2012, p. 181). No escopo deste artigo,

A avaliação institucional da escola consiste em um processo sistemático, abrangente e contínuo de observação, coleta e análise de dados, interpretação e julgamento da realidade e prática como em seus desdobramentos e interações, tendo como objetivo contribuir para a melhoria contínua do trabalho educacional e seus resultados (LUCK, 2012, p.39).

Pode-se considerar, ainda, que a avaliação institucional abrange a análise da instituição educativa como um todo, nas dimensões política, pedagógica e administrativa, tendo como marco o projeto pedagógico e visa a subsidiar seu contínuo aprimoramento pelo julgamento das decisões tomadas pelo coletivo da instituição, das propostas delineadas e das ações que foram conduzidas, suas condições de realização e os resultados que vêm sendo obtidos (SOUSA, 2006).

Quando pensamos em avaliação escolar, ou seja, avaliação na escola, há duas dimensões importantes referentes a ela: a avaliação institucional e a avaliação das aprendizagens (FERNANDES, 2017). Para a autora, a avaliação institucional tem por função acompanhar o trabalho desenvolvido na escola e avaliar os objetivos traçados em seu projeto político-pedagógico, bem como os planos anuais das escolas, quando existem.

Ressalta-se, ainda, que “a avaliação institucional é uma estratégia fundamental e imprescindível para a melhoria da qualidade de ensino pretendida” (LÜCK, 2012, p. 25), uma vez que abrange todas as dimensões de atuação da escola e interação entre elas, com foco na aprendizagem dos alunos, tanto no momento presente como evolutivamente.

Por ser centrada na instituição educativa, a avaliação possibilita que cada agrupamento possa olhar para o seu contexto e daí retirar informações e tomar decisões, permitindo, ainda, que sua análise leve em conta os fatores intervenientes na qualidade da educação. Comumente, atribui-se à avaliação institucional da escola subsidiar a tomada de decisões pelos dirigentes escolares que norteiam a organização, planejamento e implementações de ações de gestão, tendo como foco a qualidade do ensino e a aprendizagem, formadoras dos seus alunos.

E no que diz respeito à avaliação da aprendizagem, Fernandes (2017, p. 116) afirma que é função principal da escola assimilar muitos e diferentes conhecimentos,

para que os estudantes possam aprender a viver em grupo e coletivamente, e ver o mundo que os cerca com um olhar mais crítico, mais reflexivo. Sendo assim, a avaliação das aprendizagens torna-se avaliação de desempenho, uma medida para examinar o quanto daquele conhecimento dado por etapas foi assimilado pelos estudantes.

Resta-nos a discussão de quais fins queremos para a escola pública. Na investigação que realizamos, percebe-se que estados e municípios brasileiros têm adotado políticas de responsabilização escolar que utilizam seus próprios sistemas de avaliação. Segundo Augusto (2003, p.1272), “a obrigação de resultados é compreendida como a responsabilização das escolas e dos professores pelos resultados escolares”. Com isso, vê-se que os programas de responsabilização escolar, ao avaliar escolas e estabelecer consequências, enviam sinais do comportamento esperado pelas Secretarias e/ou gestores dos Sistemas de Educação.

Retornando à discussão de Augusto (2003, p. 1272), a situação ocorre tanto por uma alta exigência social de melhores resultados quanto por parte das escolas, motivada por uma crítica de ineficiência dos serviços educativos, como por influência/exigência das organizações internacionais sobre os sistemas educacionais, direcionando as políticas públicas, em contexto mundial.

Segundo Fernandes (2017), a avaliação externa nos discursos contemporâneos aparece como redentora dos males da educação, ou seja, como garantia de qualidade, podendo chegar a uma série de procedimentos comuns ou complementares no processo de sua reapropriação pelas escolas e professores, o que tem suscitado muitos questionamentos entre os docentes.

Se por um lado o Sistema de Avaliação da Educação Básica tem a presença do Estado nas ações pedagógicas da escola (por homogeneizar currículos, interferir em indicadores, mostrar eventuais lacunas...), por outro lado, trata-se de um instrumento de política educacional que, por pressão ou por argumento, interfere no padrão de qualidade de redes e sistemas de ensino, forçando um redimensionamento dos paradigmas de avaliação e sucesso escolar (FISCHER, 2012, p. 211).

Ao mesmo tempo, a avaliação das aprendizagens dos estudantes é outro elemento que deve ser observado na organização do trabalho pedagógico da escola. Para isso, o professor deve recorrer a atividades diversificadas e contextualizadas que promovam aprendizagens específicas dos estudantes. Fernandes (2017, p. 117), citando Esteban (1999), afirma que avaliar as aprendizagens tem o compromisso de ser uma ação que concorra para o sujeito aprender, que seja um acompanhamento dos processos de ensinar e aprender dos professores e estudantes e que permita que os saberes

e ainda não saberes dos estudante sejam os promotores, os guias dos planejamentos docentes.

Ancorado na missão expressa, é possível afirmar que o Ideb vem constituindo um índice mais complexo, “constituindo-se num instrumento significativo para a concretização dos pressupostos de política educacional que vem sendo implementada no Brasil, no campo da avaliação do rendimento escolar” (CORSETTI, 2012, p. 123).

A tendência nacional de classificar e produzir informações pela aferição de aprendizagem, que se vinculam às causas do alto/baixo desempenho dos alunos, justifica a necessidade de se proceder a uma análise organizacional das práticas de avaliação educacional no contexto escolar.

No Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Este indicador tem sido considerado um exame em larga escala para aferir o desempenho dos estudantes da educação básica na avaliação dos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, conforme declarado, melhorar a qualidade do ensino. O alinhamento das instituições escolares e dos profissionais da educação passou então a assumir o compromisso de obter os índices de desempenho, estipulados pelos órgãos centrais e pelos sistemas (estadual e municipal) de educação.

A partir da concepção subjacente do índice, é possível apreendermos que é necessário considerar prioritário o desenvolvimento de ações que assegurem a nossas crianças e adolescentes as condições concretas de sua aprendizagem. Para além dos instrumentos padronizados, consideramos que a avaliação externa pode contribuir para a gestão do ensino como avanço do trabalho escolar, desde que não seja reduzida à dimensão de instrução e de medida que abranjam todos os atores envolvidos no processo educacional (DIAS, 2017, p. 96).

Se estas avaliações forem consideradas um instrumento de política educacional, é preciso atenção a tais avaliações por mostrar uma face de regulação, controle e centralização burocrática, concorrendo com outros fatores que acabem redimensionando a qualidade da educação. Contudo, alerta a autora, os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB permitem às secretarias municipais e estaduais, bem como aos gestores escolares, acompanhar o ensino ministrado nas escolas, favorecendo, com isso, a definição de ações voltadas para a correção das distorções identificadas e para o aperfeiçoamento das práticas educativas (COSTA, 2012, p. 105).

Porém, na medida em que ocorre maior ênfase sobre os indicadores advindos da “medição” como forma de controle estatal do trabalho pedagógico, para a CNTE o

grande problema das avaliações é que, para além da padronização do currículo, estas avaliações estão sustentadas sobre a lógica de fornecer resultados, ficando, com isto, “a descoberto” as causas, o processo (Caderno de Resoluções, CNTE, 2005).

Na mesma direção, o estudo de Alves e Soares (2013) ilustra alguns dos problemas relacionados ao uso de indicadores como o Ideb para estabelecer metas para políticas de responsabilização escolar, uma vez que o indicador focaliza resultados finalísticos, sem levar em conta características das escolas, que influenciam e estão associadas a esse indicador, tais como nível socioeconômico dos alunos, condições de infraestrutura e complexidade das escolas.

Apesar do modesto comentário, há evidências de pesquisas brasileiras que apontam que aferições estatísticas padronizadas do rendimento escolar dos alunos, feitas no âmbito dos sistemas escolares, têm produzido informações claras e confiáveis aos diretores escolares no que diz respeito ao planejamento, orientação e coordenação de ações que incidam sobre o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino.

Saviani(2009) argumenta que o índice se expressa de forma numérica, o que traz certa confusão na interpretação e na divulgação. Ele afirma que é preciso ter atenção na hora de compreendê-lo e introduzi-lo nas redes e nas escolas, na busca constante da escola pela melhoria da qualidade de ensino, seguida de estratégias “eficientes” que visam a garantir um melhor desempenho pela comunidade escolar.

Em razão do espaço concedido para a elaboração desse artigo, não vamos proceder a um análise em profundidade em relação a essas questões. Mas, para agudizar a problemática, resta-nos contribuir brevemente para um melhor entendimento das práticas de gestão escolar, outro objetivo relevante que poderá encontrar as dimensões organizacionais, pedagógicas e administrativas mais interessante, talvez, e exigir ulterior aprofundamento.

Escolas premiadas pelo Ideb: análise de uma experiência municipal

Como já dissemos, três escolas de Divinópolis foram premiadas no “Ideb transformação” pelo governo de Minas como forma de homenageá-las pelos bons resultados alcançados (PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS), 2016).

O “IDEB Transformação” é o principal componente da política de avaliação do

Governo do Estado de Minas Gerais e tem por objetivo recompensar as escolas que conseguem se destacar nos resultados, de forma progressiva, com vistas à melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem dos seus alunos, tendo como referência os resultados alcançados no Ideb.

As escolas mencionadas se destacam em mais de um quesito de avaliação, incluindo níveis de ensino e variação de desempenho. Isto porque entendemos que as diretrizes do Prêmio podem beneficiar as escolas da rede pública de ensino (municipal e estadual) que alcançaram as metas estabelecidas pelo Ideb, em razão do desempenho dos alunos, professores, gestores e funcionários no que tange ao desenvolvimento de ações/projetos que visem à melhoria dos resultados aferidos em relação ao ensino-aprendizagem.

Alguns critérios são apontados para a seleção e giram em torno de cinco categorias: I - Ideb: contempla unidades escolares pela pontuação do Ideb por nível de ensino; II - Variação do Ideb: contempla unidades escolares pela variação positiva do Ideb, considerando os dois últimos índices publicados por nível de ensino; III - Desempenho: contempla unidades escolares pela pontuação obtida no indicador de desempenho na avaliação Saeb por nível de ensino; IV - Variação de desempenho: contempla unidades escolares pela variação do indicador de desempenho nas duas últimas edições do Saeb por nível de ensino; e V - Gestão: contempla unidades escolares que se destacaram nas duas últimas edições da avaliação Saeb e na variação positiva do Ideb, considerando os dois últimos índices publicados, em todos os seus níveis de ensino (PORTAL AGORA, 2021).

As três escolas selecionadas e seus respectivos índices dos anos iniciais do ensino fundamental e do ensino médio divulgados no ano de 2019 foram Escola 1, Escola 2 e escola 3 (tabela 1). Optamos por não identificar a instituição escolar e o gestor participante da pesquisa, tentando resguardar o sigilo e os dados dos informantes, identificando-os por códigos nas respectivas escolas.

Foram utilizados dados quantitativos pela sua relevância e pela necessidade de conhecer os números divulgados pelo portal da Prefeitura do Município de Divinópolis das escolas premiadas como os índices do Inep/MEC, a fim de estudá-los, interpretá-los e confrontá-los com as informações da realidade investigada, tanto numéricas quanto subjetivas.

Assim, nos valeremos principalmente das experiências dessas escolas para a discussão sobre alguns critérios adotados e que, possivelmente, emergiram nos indicadores alcançados. Ainda com pouco significado, os elementos indiciários ora apre-

sentados não podem ser tomados como conclusões, mas como ponto de partida no sentido de gerar informações que possibilitam e incrementam níveis de reflexividade.

Para expressar de maneira clara o desempenho de cada escola nos resultados do Ideb, consultamos o portal das referidas escolas bem como o INEP, o que nos permitiu o acesso e a interpretação dos resultados elencados na Tabela 1.

Tabela 1: Metas projetadas e notas alcançadas em três escolas da rede pública de ensino

Resultado do IDEB e metas projetadas em três escolas estaduais de Divinópolis - MG							
Ano	Etapa de Ensino	Escola 01		Escola 02		Escola 03	
		Nota IDEB	Meta Projetada	Nota IDEB	Meta Projetada	Nota IDEB	Meta Projetada
2013	4º/5º	7,5	6,1	----	----	7,7	6,8
	8º/9º	5,3	5,0	5,2	5,4	5,7	5,9
	Ensino Médio	----	----	----	----	----	----
2015	4º/5º	7,5	6,3	----	----	8,2	7,0
	8º/9º	5,5	5,4	5,0	5,7	6,4	6,2
	Ensino Médio	----	----	----	----	----	----
2017	4º/5º	7,8	6,5	----	----	8,2	7,2
	8º/9º	5,9	5,6	6,0	6,0	6,0	6,4
	Ensino Médio	4,7	----	4,6	----	----	----
2019	4º/5º	7,9	6,7	----	----	8,2	7,4
	8º/9º	5,9	5,8	6,5	6,2	6,3	6,6
	Ensino Médio	5,5	4,9	5,5	4,8	----	----

Fonte: Elaborado pelo autor e participantes (2021)

A Tabela 1 mostra que as três escolas investigadas, de forma geral, alcançaram bons resultados no Ideb, embora em alguns anos, algumas das escolas não tivessem superado a média projetada (BARBOSA; RIBEIRO; DUTRA; SANTOS, 2021).

A escola 1 superou a maioria das metas projetadas em todos os anos analisados, porém chama a atenção que os melhores resultados apresentados foram registrados na etapa de Ensino Fundamental I – anos iniciais, em que as escolas 1 e 3 superaram a meta projetada com 1 ponto, em média. Reportando-se a essa instituição escolar, ela se sobressaiu na categoria 1 (um), que contempla pontuação do Ideb por nível de ensino.

Embora a escola 2 não tenha a citada etapa de ensino, é possível observar que houve uma evolução das notas obtidas durante os anos, razão pela qual é relevante buscar compreender as causas desse progresso. A referida escola também foi contemplada com pontuação do Ideb por nível de ensino, valorizando a cultura do aprendizado.

Já em relação à escola 3, observamos uma oscilação nos resultados, pois ela superou as metas em determinado ano e/ou etapa de ensino, mas não conseguiu, posteriormente, alcançar a meta. Esta escola, em particular, foi contemplada com pontuação do Ideb por nível de desempenho na avaliação obtida nas provas aplicadas.

Cabe salientar que os resultados dos dois critérios do Ideb foram divulgados antecipadamente às escolas e às redes de ensino pelo portal Agora e pela prefeitura de Divinópolis. E a expectativa do Inep é que os resultados sejam adequadamente apropriados pelos gestores das escolas públicas e privadas dos municípios, dos estados e da sociedade em geral, para possibilitar reflexões no sentido de orientar ações em todas as instâncias para que o país possa seguir avançando na melhoria do aprendizado educacional (INEP/MEC, 2020, p.13).

O quesito gestão revela-se uma estratégia como uma lógica questionável de adesão à política de resultados do governo atual em nosso horizonte. Sousa & Lopes (2010) chamam a atenção para o fato de que os significados que assumem as avaliações para os gestores das instâncias centrais e intermediárias (responsáveis pela administração da educação) e para as instituições de ensino vão depender bastante do uso que será feito dos resultados.

As condições concretas do contexto estudado necessitam ser diagnosticadas por intermédio da realidade escolar, consideradas mais expressivas para este momento. É o que está sendo proposto para reflexão futura nesta pesquisa. Como estratégia de influência, muitas são as possibilidades de se pensar o que a escola pode fazer com os resultados do Ideb e pela pressão exercida pela política de premiação vinculada ao desempenho dos estudantes na avaliação. E avançando mais nessa reflexão, é preciso situar os dirigentes escolares da ação que passam a executá-la para lhes dar consistência. Este princípio estabelece “um modo de agir considerado como condição de avaliação da própria prática de avaliação institucional” (LÜCK, 2012, p.72).

Tendo em vista tais considerações e os critérios apontados pelo Governo do Estado de Minas no que diz respeito às premiações, é pertinente levar em consideração alguns aspectos relacionados à gestão escolar.

O fato é que a avaliação institucional abrange um conjunto de procedimentos que vão desde a organização dos dados escolares dos alunos (fluxo escolar e perfil), dos profissionais da instituição (formação, jornada semanal, participação nos colegiados escolares), das condições de infraestrutura (conservação e adequação das instalações, adequação e disponibilidade dos equipamentos), das condições de realização do trabalho pedagógico (adequação de disponibilidade de espaços e tempos) até opini-

ões, percepções, expectativas e sugestões de toda a comunidade educativa, passando pelo registro e pelo debate crítico das práticas do ponto de vista de sua abrangência, intencionalidade e relevância (SOUZA, 2006, p. 16).

Além disso, elementos muito objetivos são decisivos para o desempenho dos alunos, incluindo sua condição social de origem e as condições de oferta do ensino, sejam elas de natureza física, como a infraestrutura, os equipamentos e os materiais didáticos disponíveis, sejam elas de natureza humana, como a formação inicial e continuada dos profissionais das escolas (SOUSA e LOPES, 2010, p. 58).

A ampliação da participação dos segmentos envolvidos na gestão da escola, de forma organizada e sistemática, parece ser o caminho razoável para o cumprimento deste papel de maneira efetiva. Entendê-la tão somente sob a ótica de um instrumento mensurador significa desconsiderar os múltiplos e preponderantes fatores internos ligados a esse processo. A sua constante retomada e a ênfase garantida ao Ideb, vinculando-o aos conceitos que fundamentam essa pesquisa, reforçam o compromisso de relacionar os dados coletados a uma compreensão que pretende ir além da análise quantitativa.

Antes de mais nada, é possível tecer algumas considerações importantes que podem contribuir para a preocupação excessiva com a pressão sobre o município pela busca por resultados na gestão escolar, ancorando-se na ideia de que eles representam uma faceta da política neoliberal, guardando em si uma relação com a natureza das políticas de responsabilização na condução dos processos intraescolares e, por consequência, garantir eficácia e eficiência das instituições de ensino em prol da melhoria da qualidade dos serviços prestados. A hipótese é que tais avaliações, da forma como têm sido concebidas e realizadas em âmbito nacional, representam formas de controle dos sistemas de ensino e colocam sobre as escolas e professores a responsabilização pelo desempenho dos alunos.

Porém falta mais proximidade com as escolas mencionadas no que se refere às informações de cálculo, interpretação e uso do índice para o planejamento escolar, sobretudo o nível de conhecimento dos diretores escolares sobre como os dados são gerados e interpretados para implementar ações de orientação ao desempenho dos alunos, de replanejamento para alunos com dificuldade e de combate à reprovação e à evasão, por exemplo. Entendemos ser ainda necessário o acompanhamento por meio de pesquisas que avaliem melhor seus impactos.

Partimos de uma perspectiva de que os tipos de usos daqueles indicadores são consequência das formas de apropriação, que, por sua vez, são influenciadas por pelo

menos três fatores: perfil dos gestores escolares, articulação deles com instâncias superiores das Secretarias Municipais de Educação e impacto da política de responsabilização adotada por parte do Estado. Articulado a isso, acreditamos que talvez haja um crescente processo de legitimação dos índices educacionais na gestão dessas escolas, principalmente do IDEB.

Para Augusto (2013), a política de resultados, como vem sendo feita em Minas Gérias, é um modelo que coloca sobre os ombros das escolas e professores a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso dos alunos, como se o desempenho acadêmico do aluno dependesse exclusivamente da ação pedagógica do professor, que deve, segundo tal lógica, monitorar resultados, contribuir na economia de despesas, sempre em sintonia com os objetivos mais amplos do governo.

Sabendo que a premiação enseja incentivar docentes e gestores escolares a se empenhar na busca de melhores resultados dos alunos e da escola nas avaliações externas, é improvável que possamos prognosticar, por exemplo, como as políticas serão trabalhadas e influenciadas em todos os contextos ou pela atuação dos atores em contextos de prática. Indagam-se as avaliações de intervenção por serem muito distantes da experiência do docente e do contexto cultural dos estudantes.

Segundo Both (2015), esta expressão revela que a função avaliativa, acima dos resultados quantitativos que dela possam decorrer, mostra evolução gradual no processo educativo que favorece o aluno em valores qualitativos, entre outros, a priorização pedagógica da aprendizagem acima do valor social que uma boa nota até então vinha representando nos meios escolares.

Um dos princípios que orientam essa mudança no contexto escolar é a concepção de planejamento como um processo individual/coletivo no qual a equipe escolar “avalia o trabalho político-pedagógico em curso, analisa criticamente os resultados, concebe novas formas de atuação, toma decisões e executa planos e projetos, avalia resultados finais e parciais e retoma novamente ao ciclo dinâmico e vivo do planejamento” (PIMENTA e LIMA, 2017, p. 277). Nesse sentido, o acompanhamento e a avaliação do trabalho das escolas subsidiam informações que retroalimentam o planejamento em nível micro para a busca de soluções dos problemas e para as tomadas de decisões.

Assim, a natureza participativa da qualidade é que faz os atores e as atrizes envolvidas buscar respostas e identificar omissões e lacunas pela ampla difusão dos resultados das avaliações, “em nome da transparência, a responsabilização pelos resultados e o uso de incentivos simbólicos ou monetários são iniciativas que gradualmente vêm se inserindo nos programas e planos governamentais com vistas à indução

de mudanças” (SOUSA e LOPES, 2010, p. 55).

Para isso, o professor deve recorrer a atividades diversificadas e contextualizadas que promovam aprendizagens específicas dos estudantes. Fernandes (2017, p. 117), citando Esteban (1999), afirma que avaliar as aprendizagens tem o compromisso de ser uma ação que concorra para o sujeito aprender, que seja um acompanhamento dos processos de ensinar e aprender dos professores e estudantes e que permita que os saberes e ainda não saberes dos estudantes sejam os promotores, os guias dos planejamentos docentes.

Além dos aspectos até aqui expostos, é importante ressaltar que a questão em debate neste texto refere-se ao uso que o Governo do Estado de Minas Gerais faz dos “resultados das avaliações, mas que poderiam servir para apontar os caminhos a seguir, como, por exemplo, em busca da efetividade do direito a uma educação de qualidade social para todos” (AUGUSTO, 2013, p. 1272). E a forma mais elaborada de contestar tais políticas tem sido a construção de experiências democrática, muitas delas orientadas pelo trabalho docente.

Considerações finais

O estudo aqui apresentado teve como objetivo analisar a temática avaliação, necessariamente articulada ao perfil de três escolas da rede pública de ensino que alcançaram as metas do Ideb e foram premiadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Esse contexto, amiúde, pode-se afirmar, tem sido marcado por significativas mudanças políticas e práticas escolares.

A escolha por pesquisar a avaliação e as escolas premiadas partiu do reconhecimento de que os mais diversos discursos surgidos no meio acadêmico perfazem, alguns a favor, outros contra, mas que, de modo em geral, evidenciam posições críticas sobre a prática de avaliação em larga escala bem como as políticas de resultados que dela emergem.

Não podemos negar os méritos das escolas que tiveram seu reconhecimento e mérito nas avaliações. O perfil da liderança das escolas parece ter exercido impacto sobre a probabilidade de elas ganharem o prêmio pelas condições em que se efetivam o processo de ensino-aprendizagem.

No ponto de partida do estudo, consideramos os dados fornecidos pelo Ideb,

tendo como respaldo os diagnósticos da avaliação municipal pelo Governo do Estado de Minas Gerais que acabam por evidenciar três escolas da rede pública de ensino que, significativamente, alcançaram índices superiores nos resultados do Ideb.

Se, entretanto, estas indicações expressam grande adesão às políticas de avaliação da educação básica, a definição de critérios e de padrões de referência é condição para que os resultados das avaliações das diferentes instâncias possam ser cotejados e venham a subsidiar decisões de aprimoramento de políticas propostas e ações do Ministério da Educação, das Secretarias de Educação e das Instituições Educacionais. Vale comprovar, nesta afirmação, o efetivo papel que a gestão das respectivas escolas de fato tem em relação ao suporte técnico, financeiro e pedagógico para continuar melhorando os resultados do Ideb.

Mais uma vez, a pesquisa mostra que os critérios de ensino e desempenho das instituições escolares podem estar operando pela distribuição diferenciada do clima escolar e das condições pedagógicas de ensino aprendizagem. Cabe-nos indicar que tais resultados são apenas indicadores numérico-estatísticos e precisam se integrar aos demais objetivos traçados pela gestão escolar. Nesse sentido, os dados reforçam a importância de atentarmos tanto para os condicionantes internos quanto para os externos que contribuem ou não para as escolas premiadas compartilharem sua organização, gestão e trabalho docente, enfim, mudanças significativas na condução de melhores processos de ensino aprendizagem.

Para tal, faz-se necessário avaliar os meios e os processos que levaram as escolas do município de Divinópolis a alcançar tal nível de excelência e como os professores/gestores reagem em relação a esse processo e aos resultados. Além disso, no âmbito desta pesquisa, defendemos que a construção da avaliação das aprendizagens é um importante fator de reflexão sobre a prática que promove mudanças em benefício da comunidade educativa. Encerrando essa parte do texto, deixamos este questionamento que será retomado nas próximas etapas da pesquisa.

No desenvolvimento deste estudo, a revisão bibliográfica nos permitiu conjugar ora limitações ora proximidades, confirmando a análise deste estudo. A discussão teórica também aponta que não basta apenas divulgar as informações, mas são necessários momentos de debate e de reflexão sobre elas para que possa ocorrer uma apropriação efetiva, com possibilidades de elevar de fato o aprendizado dos alunos e necessariamente o debate sobre eles. Talvez seja o maior ganho nesta etapa inicial da pesquisa ter alcançado um patamar de reflexão pela abertura para questionar, na pesquisa de campo, as dimensões constitutivas do trabalho docente.

Por fim, percebemos a presente investigação como uma das maneiras de ratificar a importância de futuras pesquisas voltadas à compreensão sobre os resultados do Ideb e seu sentido na conjuntura atual das escolas premiadas. Tais discussões não se esgotam neste texto, ensejando novos estudos.

Referências

ALVES, Maria Tereza. Gonçalves; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.

AUGUSTO, Maria Helena. Os últimos dez anos do governo em Minas Gerais: a política de resultados e o trabalho docente. **Educação & Sociedade**, vol. 34, n. 125, out.-nov., 2013, 1269-1285. Disponível em: <http://redalyc.org/articulo.oa?id=87330049013>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BARBOSA, José Márcio Silva; RIBEIRO, Karla Teresa; DUTRA, Eduardo Junior; SANTOS, Tiago Alves dos. Pesquisa científica com Ideb em meio a pandemia da Covid-19: uma análise de experiência municipal. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 2, n. 3, 2021.

BOTH, Ivo José. Avaliação para aprendizagem: a didática na prática pedagógica. **EDUCERE**, XII Congresso Nacional de Educação, PUC Paraná, outubro de 2015. ISSN: 2176-1396. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/161127262.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.

CONGRESSO NACIONAL DE UNIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. XXIX Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Cadernos de Resolução**. Brasília/DF, 2005, p. 03-64.

COSTA, Daianny Madalena. Avaliação em larga escala: uma contribuição da organização docente. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 2, n.2 (2012): Responsabilização na educação.

CORSETTI, Berenice. O Banco Mundial e a influência na avaliação da educação básica brasileira. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Avaliação em larga escala: questões polêmicas**. Brasília: Liber Livro, 2012, p. 117 - 134.

DIAS, Elisângela T. Gomes. Avaliação da alfabetização infantil: provinha Brasil. In: VILLA BOAS, Benigna (org.). **Avaliação: interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2017, p. 115 - 126.

FERNANDES, Claudia de O. O que a escola pode fazer com os resultados dos testes externos? In: VILLA BOAS, Benigna (org.). **Avaliação: interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2017, p. 115 - 126.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. Processos avaliativos e avaliação em larga escala: uma abordagem analítica a partir da revista Nova Escola. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Avaliação em larga escala: questões polêmicas**. Brasília: Liber Livro, 2012, p. 181 - 208.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico** – Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Brasília, DF, 2020.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Petrópolis, Vozes, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2017.

PORTAL AGORA. **Três escolas de Divinópolis serão premiadas no “IDEB Transformação” do Governo do Estado** - Educação. Disponível em: www.agora.com.vc/noticia/tres-escolas-de-divinopolis-serao-premiadas-no-ideb-transformacao-do-governo-do-estado. Acesso em: 18 maio 2021.

PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS. **Educação de Divinópolis cresce no Ideb e supera meta**. 09 set. 2016. Disponível em: <https://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/4334/educacao-de-divinopolis-cresce-no-ideb-e-supera-meta>. Acesso em: 23 maio 2022.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

SOUSA, Sandra Zákia & LOPES, Valéria Virgínia. Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades. **Revista Adusp** - Janeiro 2010.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação institucional: elementos para discussão. In: LUCE, M.B. e MEDEIROS, I.L.P. (org.) **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

Submetido em maio de 2022:

Aceito para publicação em: junho de 2022